

1 **ATA N°134.** Aos vinte e três dias do mês de abril de dois mil e dezoito, o Conselho Municipal de Saúde – CMS,
2 reuniu-se para sua trecentésima vigésima sétima plenária **EXTRAORDINÁRIA**, às quatorze horas, no auditório
3 da Secretaria Municipal de Saúde, 4º andar, Arena Condá. Estiveram presentes os conselheiros **TITULARES:**
4 Nedio Conci, maristela Santi, Maysa Aita, Osmar de Oliveira, Erli T. Abreu, Tiago Zanela, Roseli Malacarne,
5 Ones Michelin, Odete Rizzi Orsolin, Izelda Oro, Tania Filipin, João Carlos figueira, Djalma Azevedo e
6 **SUPLENTE:** Lidiana Piovesan, Gessiani Larentes, Jeane Mohr, Luis Fernando Gelati, Maira T. da Silva, Reani
7 Lorenzetti, Jeane Barros de S. Silva. Estavam presentes a Gerente de Atenção Especializada da SESAU, Enfª.
8 Leandra Oliveira Porto e a representante do SIMEC, Sra. Ivanete Matte. **Ordem do dia: 1. Leitura do Parecer da**
9 **Comissão de Normas, Comunicação e Educação Permanente para o Controle Social; 2. Discussão e**
10 **deliberação da Programação Anual de Saúde; 3. Discussão e deliberação do Relatório de Gestão 2017.** A
11 presidente do Conselho Municipal de Saúde, Izelda Oro, saudou a todos e solicitou que a secretária executiva do
12 Conselho Municipal de Saúde, Sonia Scussiato, lesse o quorum qualificado da plenária, dezenove aptos a votar. A
13 presidente informou que o primeiro ponto de pauta ficará por último, após a apresentação da programação Anual de
14 Saúde. A presidente falou que fará a leitura do parecer da Comissão de Normas, Comunicação e Educação
15 Permanente para o Controle Social, no final da reunião. A Comissão de Normas reuniu-se para avaliar a
16 Programação Anual de Saúde 2018 e o Relatório de Gestão 2017 no dia 20 de abril de 2018, as 14:00 horas, na
17 salade planejamento da Secretaria municipal de Saúde. Estavam presentes os conselheiros: Gessiani Larentes, que
18 é membro da Comissão de Normas, Maira Tellechea da Silva, Luis Fernando Gelati, Roseli Santander, Elisonia
19 Renk, Maristela Santi e Gilberto Maio, como colaboradores. Segundo ponto de pauta: **Discussão e deliberação**
20 **da Programação Anual de Saúde.** A conselheira Gessiani fez a apresentação da Programação Anual de Saúde e
21 explicou que é um recorte do plano Municipal de Saúde 2018-2021 que foi construído com a participação de
22 diversos segmentos da sociedade civil através de um fórum promovido pelo Conselho Municipal de Saúde.
23 Gessiani lembrou que encaminhou aos conselheiros o documento para avaliação prévia e a comissão reuniu-se para
24 avaliá-lo em dois momentos. Gessiani conversou ainda com a presidente do Conselho Municipal de Saúde no início
25 da reunião onde sanou dúvidas questionadas pela presidente. O conselheiro João confessou que não conseguiu
26 avaliar o documento com a profundidade necessária e acredita importante que a presidente já avaliou com os
27 critérios necessários, e isso o tranquilizou. Gessiani ressaltou que durante a construção do Plano Municipal de
28 Saúde, estiveram presentes acadêmicos que estavam fazendo um projeto de extensão e eles contaram que foram
29 em busca de outros planos municipais de saúde de outros grandes centros, que estavam muito bem escritos, mas
30 que o Plano Municipal de Saúde de Chapecó com as ações baseadas em metas, indicadores epidemiológicos e
31 recursos financeiros era um diferencial positivo, pois o detalhamento mostra a realidade da rede de saúde do
32 município e do que a gestão está realizando efetivamente pela saúde. O secretário de saúde, Nedio Conci, informou
33 que técnicos da Controladoria Geral da união, fizeram visita na Secretaria de Saúde e, após analisarem vários
34 documentos, avaliaram que a gestão está agindo corretamente. Gessiani passou a palavra para a presidente fazer as
35 considerações. A presidente informou que é recomendação do CONASEMS que nada pode ir para o orçamento
36 sem estar no Plano Municipal de Saúde, e nada pode acontecer na saúde que não esteja aprovada no orçamento, e
37 isso traz muita responsabilidade. A presidente informou que no eixo um: *Direito à Saúde, Garantia de Acesso e*
38 *Atenção de Qualidade*, a ação “Ampliar as atividades de promoção à saúde do idoso nos Centros de Saúde da
39 Família e na Cidade do Idoso, destacando as seguintes temáticas: IST/HIV/AIDS, alimentação, hipertensão,
40 diabetes e outros” deverá entrar como ponto de pauta no Conselho Municipal de Saúde, pois pela Lei nº 141, não
41 deve haver privilégios, e há uma Unidade de Saúde dentro da Cidade do Idoso. A presidente mencionou outra ação
42 do eixo um: “Garantir a disponibilização de reagentes e insumos no Laboratório Municipal, mantendo
43 informatizado o ciclo logístico” e informou que o conselho solicitará uma cópia dos convênios com o Estado das
44 análises de água dos poços artesianos. A presidente informou que deverá ser feita uma Resolução do Conselho
45 municipal de Saúde nas seguintes ações: “implantar protocolo de atenção à saúde integral do idoso na rede
46 municipal”, “elaborar protocolo assistencial do Serviço de Atendimento e Resgate Aeromédico – SARA para os
47 atendimentos e transferências dos pacientes em estado crítico que devem ser transportados de uma unidade de baixa
48 complexidade para uma unidade de alta complexidade, garantindo menor tempo resposta e melhor prognóstico”,
49 “inclusão do Serviço de Atendimento e Resgate Aeromédico – SARA nos protocolos das ações de resposta em
50 atendimento a catástrofes e eventos envolvendo múltiplas vítimas, de forma integrada com as demais agências
51 envolvidas”. No eixo dois: *Participação e Controle Social*, a ação “manter a elaboração do informativo do
52 Conselho Municipal de Saúde e ampliar a distribuição”, a presidente salientou que deve ser dada a visibilidade ao
53 trabalho realizado na Secretaria municipal de Saúde através do site. A presidente propôs uma ação no eixo dois que
54 é “criar um fórum permanente dos Conselhos de Saúde dos Municípios de pactuação dos serviços”, para levar o
55 conhecimento aos municípios da região e ampliar os debates. A presidente citou a ação do eixo três: *Gestão de*
56 *Pessoal e da Educação na Saúde*, que é “criar legislação municipal específica para os trabalhadores a fim de
57 garantir a participação em processos de qualificação profissional motivadas pelo servidor e de interesse do
58 serviço”, e salientou que na iniciativa privada raras são as empresas que incentivam a qualificação profissional dos
59 seus trabalhadores. A conselheira Gessiani comentou que não existe uma regulamentação que permita ao servidor

60 se ausentar para participar dos cursos sem desconto na folha de pagamento e está sendo reavaliada a possibilidade
61 de regulamentar isso em forma de Decreto. A presidente citou as ações “abrir espaços de aprendizado junto ao
62 SAMU, para as instituições de ensino com objetivo de proporcionar porta abertas a educação, pesquisa e projetos
63 de extensão” e “desenvolver estratégias de avaliação dos servidores para o SAMU quanto ao seu perfil para o
64 serviço” e lembrou que o SAMU está sendo integrado ao Corpo de Bombeiros e foi pauta na reunião anterior. A
65 presidente citou a ação “desenvolver capacitações relacionadas ao cumprimento da Norma Regulamentadora da
66 área da Saúde - NR 32” e comentou que a CIST já solicitou ao SASSM que visitasse todas as UBS e fizesse um
67 check list baseado na NR 32 e verificasse o melhoramento das condições de trabalho. O conselheiro João lembrou
68 que esse assunto já foi pauta em reuniões da CIST. O secretário considerou que essa discussão está avançando
69 dentro das possibilidades financeiras da Secretaria de Saúde. O secretário Nédio informou ainda que em reunião da
70 CIB o governo do Estado informou que os municípios só poderão passar a gestão do SAMU para o Corpo de
71 Bombeiros a partir de 2019. O secretário informou que em relação a Unidade de Saúde que funciona junto a Cidade
72 do Idoso, está amparada por legislação municipal. O conselheiro João acredita que esse assunto deva ser mais
73 discutido e entrar em pauta. A presidente lembrou do ponto de pauta da reunião anterior e que não pôde ser
74 discutido por falta de tempo que é o controle de zoonoses, está inserido no plano no eixo cinco: *Vigilância e*
75 *promoção da Saúde* na ação que diz “prevenir e controlar a raiva animal no ciclo urbano e silvestre, e implantar um
76 espaço para rastreamento da raiva animal”. A presidente salientou que o Conselho Municipal de Saúde solicitou
77 que a prefeitura repasse os valores das multas e taxas dos Alvarás Sanitários ao Fundo Municipal de Saúde e isso
78 irá reforçar a ação “criar fundo de aparelhamento da Vigilância Sanitária com percentual de arrecadação
79 direcionado a VISA”. Na ação “promover suporte técnico na reabilitação do trabalhador acidentado” a presidente
80 chamou a atenção quando utilizada a palavra “reabilitação”, pois no Fórum de Saúde e Segurança do Trabalhador a
81 FIESC comentou que através do Sistema S eles estão cuidando da saúde do trabalhador, mas recebem recursos
82 financeiros do governo federal. A presidente sugere que a palavra usada seja reabilitação física. No eixo seis:
83 *Infraestrutura*, a presidente citou a ação “promover a manutenção e estruturação do Serviço de Atendimento e
84 Resgate Aeromédico – SARA, mediante convênio com a Secretaria de Segurança Pública Estadual, com
85 interveniência da Polícia Civil e aproveitamento da Estrutura disposta pelo Serviço Aeropolicial de Fronteira” e
86 lembrou que esse também já foi ponto de pauta discutido em plenária do CMS. Na ação “realizar manutenção
87 periódica dos Centros de Saúde e adequações a saúde e segurança dos servidores e demais Serviços, mediante
88 cronograma anual estabelecido” a presidente informou que acrescentou as palavras “e adequações a saúde e
89 segurança dos servidores”. No eixo sete: *Gestão do SUS*, a ação “implementar o componente municipal de
90 auditoria com equipe multidisciplinar, atuando de forma autônoma e com constituição de Gerência de Auditoria, a
91 partir de projeto de lei”, nesse item a presidente frisou que isso deverá passar pela aprovação no Conselho
92 Municipal de Saúde. O conselheiro João sugeriu que as Resoluções do Conselho municipal de Saúde sejam
93 repassadas para a Câmara de Vereadores para fazer uma aproximação. A conselheira Gessiani falou que essa
94 demanda surgiu das necessidades da Secretaria municipal de Saúde. O conselheiro Djalma solicitou a palavra para
95 esclarecer sobre os projetos da FIESC sobre saúde do trabalhador, que é um trabalho muito sério, onde é aplicada a
96 lei e através do SESC são oferecidos serviços psicológicos, de odontologia, fisioterapia, entre outros, e convidou
97 aos conselheiros a conhecerem melhor o serviço. A presidente salientou que a discussão do convênio do Sistema S
98 deve ser trazida ao Conselho, quem tem acesso aos serviços, como são feitas as notificações de acidentes de
99 trabalho, a abrangência dos serviços, entre outros. O secretário Nédio informou que em reunião da CIR, criticou a
100 atitude do Governo em destinar recursos para emendas parlamentares, pois o Estado de Santa Catarina está
101 sofrendo séria crise econômica. A presidente continuou a análise da programação Anual de Saúde citando a ação
102 “gestão do acesso regionalizado aos serviços de média e alta complexidades por meio de Pactuação Programada
103 Integrada (PPI)” e “garantir a institucionalização do planejamento como ferramenta de gestão em toda RAS” e
104 comentou que percebeu na programação uma vontade de inovação. A conselheira Gessiani comentou que essa
105 inovação é possível porque permitida pelo gestor municipal. A presidente voltou ao eixo dois para complementar a
106 Diretriz “fortalecer as instâncias de controle social e garantir o caráter deliberativo do CONSELHO MUNICIPAL
107 DE SAÚDE, ampliando os canais de interação com o usuário, com garantia de transparência e participação
108 cidadã, e fortalecer a articulação entre os espaços de participação social com vistas ao desenvolvimento de ações
109 intersetoriais”, pois lembrou que os Conselhos Locais de Saúde não são deliberativos. A conselheira Maira citou
110 no eixo um a ação “implementar ações que envolvam saúde e segurança pública para as pessoas privadas de
111 liberdade” e defendeu que deva ser retirado a palavra “segurança pública” da ação, pois compreende que não é
112 responsabilidade da Secretaria de Saúde. A conselheira Gessiani comentou que a comissão de normas sugeriu na
113 reunião que antecedeu a reunião do Conselho que essa palavra fosse suprimida da ação. A conselheira Maira
114 também questionou a questão da responsabilidade do município de Chapécó em criar um fórum dos Conselho
115 Municipais de Saúde, acredita que isso pode ser proposto para a CIR, e propôs que o secretário Nédio seja o porta-
116 voz da proposta na CIR. O conselheiro João precisou se retirar mas deixou seu voto a favor da aprovação da
117 Programação Anual de Saúde. O conselheiro Osmar falou que quanto a sugestão de suprimir a palavra “segurança
118 pública” da ação, deve ser considerado duas questões, uma que os privados de liberdade são levados ao Hospital

119 Regional do Oeste, que também atende a outros usuários do SUS, e é onde as endemias impactam toda a
120 população. Outra questão é a grande quantidade de cirurgias ortopédicas pois nos finais de semana acontecem
121 muitos acidentes de motocicleta e Osmar concluiu que a segurança pública impacta na saúde pública. A presidente
122 comentou que existe uma unidade Básica de Saúde na Penitenciária mas também há empresas do ramo privado
123 instaladas lá dentro. No terceiro ponto de pauta: **Discussão e deliberação do Relatório de Gestão 2017**, a
124 conselheira Gessiani detalhou o relatório aos conselheiros e ressaltou que são documentos públicos. O conselheiro
125 Osmar comentou quanto aos percentuais que cada instância deveria investir em saúde. A conselheira Maira
126 salientou a importância dos encontros da comissão e de acompanhar a discussão para que os conselheiros
127 conheçam os valores dos recursos destinados a cada ação. A conselheira Gessiani apresentou ainda a Pactuação de
128 Diretrizes, Objetivos, Metas e Indicadores para 2018, para a apreciação dos conselheiros, informou que os dados
129 pactuados são baseados nas séries históricas do município de Chapecó. Gessiani agradeceu aos conselheiros que
130 participaram das reuniões da Comissão de Normas que avaliaram os instrumentos e também agradeceu toda a
131 equipe da Secretaria de Saúde. A presidente leu o parecer da Comissão de Normas, Comunicação e Educação
132 Permanente para o Controle Social que concluiu: A Programação Anual de Saúde é um recorte das ações previstas
133 no Plano municipal de Saúde, cujo instrumento passou por processo de construção amplo e abrangente, inclusive
134 com Fórum de discussão envolvendo a sociedade em geral e, posteriormente foi aprovado pelo Conselho Municipal
135 de Saúde; O Relatório de Gestão do exercício de 2017 foi apresentado por técnicos dos setores de vigilância em
136 saúde e planejamento da Secretaria de saúde, sanando dúvidas e aprimorando o debate com análises qualitativas e
137 quantitativas dos indicadores trazidos pelo sistema SARGSUS; Com relação ao Relatório de Gestão ficou pendente
138 a análise dos indicadores financeiros, que deverá ser apresentado na reunião do dia 23 de abril; Diante do exposto,
139 a Comissão de normas, Comunicação e Educação Permanente para o Controle Social do Conselho municipal de
140 Saúde de Chapecó, RECOMENDA, ao Conselho municipal de Saúde a APROVAÇÃO do Relatório de Gestão
141 2017 e da Programação Anual de Saúde 2018. Após a leitura os conselheiros aprovaram por unanimidade a
142 Programação Anual de Saúde 2018, com as alterações sugeridas, o Relatório de Gestão 2017 e a pactuação de
143 Diretrizes, objetivos, Metas e Indicadores 2018 – Pactuação Interfederativa. A presidente lembrou que acontecerá
144 outra reunião extraordinária no dia oito de maio. A presidente informou ainda que no dia posterior a Comissão de
145 Normas irá reunir-se para avaliar os documentos das entidades que se interessaram em concorrer a eleição da nova
146 composição do conselho municipal de Saúde. A plenária foi encerrada e eu, Sonia Scussiato, secretária executiva
147 do Conselho Municipal de Saúde, lavrei a presente ata.